

## **BOCAIÚVA, Quintino**

\* min. Rel. Ext. 1889-1891; sen. RJ 1890-1891, 1892-1899 e 1900; pres. RJ 1900-1903; sen. RJ 1909-1912.

*Quintino Antônio Ferreira de Sousa* nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, 4 de dezembro de 1836, filho de Quintino Ferreira de Sousa e de Maria Candelária Moreno y Alagon. Sua mãe era filha de espanhol e uruguaia e natural da Argentina, onde viveu até os dez anos de idade.

Com morte do pai em 1849, Quintino transferiu-se para a cidade de São Paulo, onde no ano seguinte, graças ao apoio financeiro de um tio, iniciou os estudos no curso de humanidades anexo à Faculdade de Direito. Na capital paulista fez, em 1852, suas primeiras incursões na atividade jornalística, publicando poemas escritos em espanhol e artigos em *O Acaiaba*, jornal literário acadêmico, e *A Honra*, periódico político que fundou em 1853 com Antônio Ferreira Viana e em cujas páginas apresentou suas primeiras posições republicanas. Na ocasião, estimulado pelo nativismo indigenista que seduzia os estudantes, substituiu o sobrenome paterno por *Bocaiúva*, nome dado por indígenas a uma espécie de palmeira muito encontrada no Brasil.

### ESCRITOR, JORNALISTA, REPUBLICANO

Em decorrência de problemas financeiros, abandonou os estudos em São Paulo e retornou à Corte. Aí iniciou a carreira de teatrólogo, com a encenação, em 2 de janeiro de 1856, de sua peça *Trovador* no Teatro São Januário. Em seguida seriam montadas, em julho de 1860, *Onfália*, no Teatro Variedades, e em julho de 1861, *Os mineiros da desgraça*, no Ginásio Dramático. Tendo trabalhado no *Correio Mercantil* de 1860 a 1864, a partir de março de 1860 passou a editar com Joaquim Saldanha Marinho o *Diário do Rio de Janeiro*, que, fundado em 1821 com perfil popular e apolítico, deixara de circular no ano anterior. Em sua nova fase, afinado com o Partido Liberal, o jornal, que tinha o escritor Machado de Assis entre seus colaboradores, fazia marcantes coberturas das questões de política externa brasileira na região do Prata. Ainda em 1860, no mês de dezembro, casou-se com Luísa Amélia de Almeida Costa, com quem teria sete filhos.

Ingressou na organização maçônica paulista Loja Amizade em 1861, ano em que, sob pseudônimo, publicou *A opinião e a coroa*, panfleto político. No ano seguinte, lançou *Lírica nacional*, coletânea de poemas seus e de outros escritores brasileiros e primeiro volume da coleção Biblioteca Brasileira, que concebeu e na qual seriam publicadas mais 11 obras de vários autores, entre os quais José de Alencar e Manuel Antônio de Almeida, e que, em julho de 1863, se transformaria em revista mensal. No ano seguinte publicou, também sob pseudônimo, *Os nossos homens*, outro panfleto político.

Durante a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-1870), foi correspondente na Argentina, ocasião em que, segundo alguns autores, consolidou suas convicções republicanas. Durante o conflito, desenvolveu atividades comerciais, como a exploração de contratos de fornecimento ao exército. Depois de tentar lucros com o arrendamento de uma estrada de ferro no Paraguai, nomeou, para liquidar a sua participação no negócio, o advogado Francisco Xavier da Cunha, que viria a ser seu companheiro na imprensa republicana e, no primeiro ano da República, ministro plenipotenciário do Brasil na Itália.

Preocupado com alternativas à mão de obra escrava, associou-se em 1866 a Bernardo Caymari, capitalista cubano, para fundar a Sociedade Imperial de Imigração. O propósito da empresa era atrair para o trabalho na agricultura brasileira imigrantes norte-americanos, especialmente sulistas descontentes com a derrota na Guerra de Secessão (1861-1865). Viajou, em 25 de agosto desse ano, para a cidade de Nova Iorque, onde atuaria como agente de imigração até 1867. Como Saldanha Marinho assumira, no início de 1865, a presidência da província de Minas Gerais, a propriedade do *Diário do Rio de Janeiro* passou a Sebastião Gomes da Silva Belfort, ficando Machado de Assis responsável pela direção editorial. Na volta ao Brasil, visitou a Argentina e o Paraguai e, em 1867, com a ajuda financeira de Bernardo Caymari, readquiriu o controle do jornal.

No ano seguinte, a crise política gerada pela queda do gabinete chefiado por Zacarias de Góis e Vasconcelos em decorrência de conflitos com o duque de Caxias, então comandante em chefe do Exército brasileiro no Paraguai, levou o Partido Liberal à cisão. Na ocasião, uma de suas correntes, defensora do federalismo, aproximou-se dos republicanos. Ainda em 1868 Quintino publicou o opúsculo *A crise da lavoura*, em que defendia o emprego de imigrantes chineses como alternativa à mão de obra escrava, e no

ano seguinte lançou o panfleto *Guerra do Paraguai, a nova fase*. Em julho de 1870, retornando da Argentina, onde participara das comemorações do fim do conflito com o Paraguai, pronunciou uma palestra pública no Teatro São Luís, no Rio de Janeiro, em que comparou as sociedades do Rio da Prata, republicanas, com a brasileira.

Em 3 de novembro, uniu-se aos liberais dissidentes para fundar, em um sobrado da rua do Ouvidor, nº 29, o Clube Republicano da cidade do Rio de Janeiro, que contou inicialmente com 15 sócios. Integrou a Comissão Diretora, juntamente com Saldanha Marinho, Lafayette Rodrigues Pereira e Aristides da Silveira Lobo, bem como o grupo que fundou o jornal *A República*, em cuja primeira edição foi lançado, em 3 de dezembro, o *Manifesto Republicano*, redigido por ele e Salvador de Mendonça. Entre os quase 60 signatários do documento encontravam-se também Saldanha Marinho, Aristides Lobo, Cristiano Benedito Ottoni, Flávio Farnese, Lafayette Rodrigues Pereira, Pedro Antônio Ferreira Viana, Pedro Bandeira de Gouveia, Francisco Rangel Pestana, Miguel Ferreira Vieira e José Lopes Trovão.

A ideia de república aparecia expressamente no documento apenas uma vez, quando, na conclusão, este se apresentava como defensor da “bandeira do partido republicano federativo”. A adjetivação refletia a escolha de um dos dois eixos centrais do conteúdo do manifesto – o federalismo, justificado por razões naturais, ligadas à topografia do país: “No Brasil, antes ainda da ideia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo”. A democracia – e não a república – era o outro eixo. O manifesto refletia a influência das experiências republicanas modernas – principalmente a estadunidense e a francesa –, em que a alternativa à forma monárquica era legitimada pela soberania popular e regulada pelo direito. Subjacente a ambos os eixos, estava a repulsa ao absolutismo, atribuído ao sistema político imperial e apontado como a gênese de todos os problemas encontrados na sociedade brasileira. Dessa perspectiva liberal-democrática, o manifesto apresentava críticas a vários aspectos da vida nacional: as práticas de corrupção e concessão de privilégios; as prerrogativas do trono; o centralismo da administração; a ausência das liberdades de consciência, econômica, de imprensa, de associação, de ensino e individual; o sistema representativo limitado etc. Como alternativa, propunha a reforma da sociedade por meio de uma Assembleia Constituinte, com “amplas faculdades para instaurar um novo regime”, baseado nos princípios da “democracia moderna”.

O jornal *A República* circularia, inicialmente, três vezes por semana. Seus principais redatores eram Miguel Vieira Ferreira, Flávio Farnese, Aristides Lobo, Lafayette Rodrigues Pereira e Rangel Pestana. Tinha como objetivos principais demonstrar os malefícios que a monarquia trazia para o país e divulgar as ideias republicanas, comparando as duas formas de governo.

A propaganda da doutrina do Clube Republicano – chamado também de Partido Republicano – seria feita, ainda, por meio de conferências, proferidas inicialmente por Quintino, Salvador de Mendonça, Miguel Vieira Ferreira e Júlio César de Freitas Coutinho. A divulgação do *Manifesto Republicano* estimulou o surgimento de clubes e jornais em várias regiões, mas a expansão do movimento seria desigual pelo resto país. Apenas onde havia fortes tradições liberais ou republicanas, como em Minas Gerais e Pernambuco, as adesões começaram a acontecer logo, embora sem traduzir-se necessariamente em organização partidária.

Em 4 de outubro de 1871, *A República*, agora sob a direção de Luís Barbosa da Silva, que o garantia financeiramente, passou a ser impresso em oficina própria e se tornou diário. Com uma tiragem de dois mil exemplares e circulação em cinco províncias, além da Corte, tinha como redatores Quintino, Salvador de Mendonça, Pompílio de Albuquerque e Joaquim Garcia Pires de Almeida. Entre as principais teses que defendeu em suas páginas, estavam a separação da Igreja do Estado e o estabelecimento da Federação. Desde suas primeiras edições, o jornal procurou aproximar-se de setores militares descontentes com a monarquia. A guerra contra o Paraguai provocara desgastes na relação entre muitos oficiais e dirigentes políticos, ao mesmo tempo em que contribuía para dotá-los de um espírito de corpo. Iniciara-se, no imediato pós-guerra, uma sucessão de conflitos entre membros das forças armadas e governantes. *A República* discutia esses conflitos, que inicialmente eram de natureza profissional, e tornavam problemáticas as relações disciplinares. Por meio da seção “À classe militar”, abordava questões como o código disciplinar, em especial o recurso a castigos físicos como forma de punição, mas também debatia a participação das forças armadas na sociedade brasileira, acusando o governo imperial de desrespeitar a liberdade pessoal dos militares e questionando a necessidade de um exército permanente. Embora o Partido Republicano tenha surgido defendendo um caminho pacífico para a substituição do regime, há indicações de que militares republicanos, aliciados secretamente

pelo oficial Pompílio de Albuquerque, chegaram a esboçar, em 1871, um plano de aprisionamento da família real e tomada do poder por meios violentos.

Em fevereiro de 1872 Luís Barbosa da Silva, Salvador de Mendonça e Silveira de Meneses se tornaram proprietários de *A República* e ampliaram sua circulação por meio de uma campanha de sorteios que elevou a tiragem, em outubro, a 12 mil exemplares, e as assinaturas, a quase dez mil. Ainda assim o jornal passava por dificuldades financeiras, para cuja superação Quintino foi a peça-chave, novamente graças a capital fornecido por Bernardo Caymari. Em consequência, assumiu a sua direção em 9 de outubro. Tendo declarado que o jornal não seria mais porta-voz do Partido Republicano, embora mantivesse a orientação republicana, passou a receber críticas de setores partidários e em fins novembro foi substituído no cargo por Francisco Cunha.

Em dezembro de 1872, Quintino foi escolhido por republicanos da Corte e de Niterói (RJ) para compor a comissão central que deveria consolidar a unidade do partido, integrada também por Saldanha Marinho, Pedro Bandeira de Gouveia, Francisco Cunha, Salvador de Mendonça, Antônio Ferreira de Meneses e Elói Ottoni, logo substituído por Pedro Antônio Ferreira Viana. A comissão assumiu também a direção de *A República*, que voltou ao papel de porta-voz oficial do partido. Em janeiro de 1873 foi criado o Clube Republicano Federal, para substituir o Clube Republicano, como base do partido na Corte e adjacências. A diretoria ficou composta por Augusto Fomm, presidente, e Pompílio de Albuquerque, secretário. Em fevereiro, quando Quintino e vários colaboradores comemoravam a proclamação da república na Espanha, a sede de *A República* foi atacada por agentes de polícia e militares. Em consequência, o jornal foi suspenso, só voltando a circular em 15 de abril.

Também em abril de 1873 foi fundado na cidade de Itu o Partido Republicano Paulista (PRP), o único partido de fato que os republicanos conseguiriam construir durante a monarquia. Nele se organizariam médicos, engenheiros, advogados, jornalistas e comerciantes, em geral maioria nos núcleos republicanos de outras regiões, mas também expressivo contingente de fazendeiros de café do Oeste paulista, que representaram 50% dos delegados presentes ao ato de fundação. O projeto republicano federalista oferecia a esses proprietários rurais uma efetiva via de acesso ao poder político, uma vez que o poder econômico eles já encarnavam.

O surgimento do Partido Republicano brasileiro coincidiu com o incremento da campanha abolicionista. Combatida por grande parte da população urbana, por setores do Exército, da Igreja Católica e do próprio grupo politicamente dirigente, inclusive o imperador, a escravidão constituía a principal questão a ser resolvida pela sociedade brasileira. O sistema de exploração do trabalho escravo havia sofrido forte abalo em 1850, com a proibição do tráfico internacional de cativos. A Lei do Ventre Livre, que declarou livres os filhos de mulheres escravas nascidos a partir da data da sua promulgação, em 28 de setembro de 1871, tivera impacto político importante, provocando cisões no Partido Conservador. Enquanto crescia a campanha antiescravista, faziam-se evidentes as ambiguidades do republicanismo em face da escravidão, tema de resto ausente do manifesto de 1870. Para os republicanos paulistas, a abolição se apresentava como um problema de oportunidade política. Sua posição se pautava, pragmaticamente, pela necessidade de assegurar o apoio dos fazendeiros. Grande parte deles era proprietária de escravos e se aproximava da corrente republicana atraída pela proposta federalista. Responsáveis pela área mais dinâmica da economia nacional, empenhavam-se em reverter o sistema político-administrativo imperial, altamente centralizado e limitador do uso, em proveito próprio, dos vultosos recursos gerados na região. Em relação ao trabalho escravo, contudo, procuravam eximir-se da responsabilidade pela formulação de alternativas, defendendo a tese de que era um problema a ser resolvido pela monarquia e pelos partidos que tinham acesso ao poder, de acordo com as condições de cada província interessada, como convinha ao espírito federalista. Entretanto, defenderam uma posição unitária em defesa dos interesses dos proprietários de escravos, sustentando a bandeira da indenização, em respeito ao direito de propriedade.

Persistindo no esforço para dar ao movimento uma feição partidária, os republicanos da cidade e da província do Rio de Janeiro, reunidos em congresso de 29 de junho a 1º de julho de 1873, elegeram Quintino Bocaiúva para a nova comissão diretora do partido, juntamente com Pedro Bandeira de Gouveia e Francisco Cunha. Durante os trabalhos, Quintino apresentou uma proposta de criação da União Republicana Federal, que aglutinaria, de maneira independente, clubes e outras organizações locais, com um centro político na Corte. A organização deveria, também, empenhar-se em promover a propaganda republicana e a educação popular, bem como fundar três jornais – no Norte, no Sul e no

Rio de Janeiro. A expansão do republicanismo, contudo, não foi conseguida, e a União teve vida curta.

Em 28 de fevereiro de 1874, depois de ter alcançado grande tiragem, calculada em 12 mil exemplares diários, *A República* deixou de circular. Ainda nesse ano, Quintino passou a atuar em *O Cruzeiro*.

Entrando o movimento em maré vazante, importantes republicanos, entre os quais Cristiano Benedito Ottoni e Lafayette Rodrigues Pereira, retornaram ao campo monarquista liberal. Por orientação de Quintino, o partido concorreu em maio de 1877 às eleições municipais no Rio de Janeiro, apresentando os nomes dos liberais Antônio Felício dos Santos e Cristiano Ottoni e o do republicano Saldanha Marinho, que não conseguiram votação muito expressiva.

Em 15 de agosto de 1881, na assembleia do Partido Republicano, Quintino teve seu nome lançado como candidato a deputado geral por três distritos do Rio de Janeiro. Na ocasião, comprometeu-se a defender as bandeiras do abolicionismo e do republicanismo e combateu o caminho da revolução armada para a mudança de regime. Apoiado financeiramente por Bernardo Caymari e Francisco de Paula Mayrink, empresário e banqueiro, assumiu no mês seguinte o controle do jornal *O Globo*, anunciando a orientação republicana, embora não partidária, que lhe imprimiria. O pleito se realizou em outubro, segundo as normas da chamada Lei Saraiva, que no mesmo ano implantara o sistema de eleições diretas, mas Quintino não logrou eleger-se. Em fevereiro do ano seguinte o Partido Republicano renovou a sua comissão executiva, que passou a ser constituída por Saldanha Marinho, Ubaldino do Amaral Fontoura, Augusto César de Miranda Azevedo, Antônio Ennes de Sousa, Luís Leitão, Jerônimo Simões, Antônio Justiniano Esteves Júnior, Vicente de Sousa e Aristides Lobo.

Tendo *O Globo* deixado de circular em 31 de março 1883, Quintino participou da fundação de *O País*, que começou a circular em 1º de outubro de 1884. Na condição de redator-chefe do jornal, cujo proprietário era João José dos Reis, visconde de São Salvador de Matosinhos, manteria a linha republicana não partidária que vinha caracterizando sua atividade jornalística. O jornal teria importante participação na vida política do país, intervindo na discussão de problemas candentes como a abolição da escravatura e a substituição da monarquia pela república. Sua destacada atuação à frente do periódico

culminaria uma trajetória que lhe valeria, em meados da década de 1880, o epíteto de “Príncipe dos jornalistas brasileiros”.

*O País* surgiu em uma conjuntura em que as relações entre os militares e as autoridades do Império se tornavam especialmente tensas, configurando o que ficaria conhecido como “Questão Militar”. Episódios protagonizados pelos coronéis Antônio de Sena Madureira e Ernesto Augusto da Cunha Matos, que recorreram à imprensa para defender direitos que entendiam ameaçados pelo governo, resultaram em sérias punições aos reclamantes. Contra elas, mobilizaram-se oficiais de várias guarnições, em especial gaúchas, autorizados pelo comandante das armas e vice-presidente da província do Rio Grande do Sul, general Manuel Deodoro da Fonseca, que, em consequência, foi demitido de seus cargos. Na Corte, a situação provocou reuniões de oficiais, sob a liderança ascendente do major Benjamin Constant Botelho de Magalhães, professor de matemática na Escola Militar do Brasil.

Em 1885, ano em que Quintino enviuvou, Manuel Ferraz de Campos Sales e Prudente de Moraes se elegeram deputados gerais pelo PRP, tornando-se, portanto, os primeiros parlamentares nacionais republicanos. Em setembro desse ano, Quintino foi eleito para um novo diretório provincial fluminense, juntamente com Aristides Lobo, José do Patrocínio, Pedro Antônio Ferreira Viana, José Antônio Pedreira de Magalhães Castro, Esteves Júnior e Ubaldino do Amaral. Concorreu, no início do ano seguinte, a uma cadeira de deputado geral, juntamente com José do Patrocínio e Ubaldino do Amaral, mas nenhum deles logrou eleger-se. Em junho, foi eleito para um órgão que o Partido Republicano chamou de Assembleia Constitucional, composta por 21 membros, entre os quais Saldanha Marinho, João Clapp e José do Patrocínio. Voltou a disputar uma eleição em outubro, agora para o Senado, em chapa com Saldanha Marinho e Francisco Rangel Pestana, mas foram todos derrotados.

As relações entre militares e o governo entraram em fase de grande desgaste em 1887, propiciando a projeção de novos líderes entre os oficiais, em particular o general Deodoro da Fonseca e o major Benjamin Constant. A reivindicação de direitos políticos análogos aos exercidos pelos cidadãos civis implicava a contestação dos padrões disciplinares e hierárquicos baseados na ideia da “obediência passiva e inconsciente”. A imprensa republicana permanecia discutindo o papel dos militares na sociedade brasileira,



defendendo a formação de um exército permanente constituído por cidadãos conscientes de seus direitos – “soldados cidadãos”. Quintino, à frente de *O País*, se destacava na propaganda dessa proposta, juntamente com Júlio de Castilhos, em *A Federação*, e Rui Barbosa, no *Diário de Notícias*.

Participou, em junho de 1887, do Congresso Republicano Federal, convocado para unificar as correntes republicanas. Enviaram delegados as províncias do Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, além da Corte. Durante o evento, foi eleito vice-presidente do conselho federal do partido, juntamente com Saldanha Marinho (presidente), Aristides Lobo (secretário), Campos Sales e Ubaldino do Amaral. Os delegados aprovaram uma constituição partidária, que garantia a autonomia e a independência das organizações locais, e um manifesto, que atribuía à monarquia todos os problemas nacionais e reproduzia o programa liberal-democrático já anunciado em 1870, acrescido de referências ao “empobrecimento geral da nação” e ao efeito depauperador que a cobrança do imposto de exportação e as altas tarifas de transporte vinham exercendo sobre a agricultura. Em seu último parágrafo, o manifesto apontava a escravidão como principal problema a ser solucionado com urgência. Se a monarquia persistisse na recusa a resolvê-lo em definitivo, os republicanos a aboliriam dentro um prazo que não passaria de julho de 1889, em homenagem ao centenário da Revolução Francesa e da Declaração dos Direitos do Homem. Assinaram o manifesto, além de Quintino, entre outros, Saldanha Marinho, Campos Sales, Rangel Pestana, Aristides Lobo e Ubaldino do Amaral.

Em nova disputa por uma cadeira no Senado, em setembro de 1887, Quintino foi mais uma vez derrotado. Sua candidatura a deputado geral em inícios do ano seguinte, novamente pelo primeiro distrito do Rio de Janeiro, potencializou divergências de interesses entre abolicionistas e republicanos. A Confederação Abolicionista apoiava o adversário de Quintino, Antônio Ferreira Viana, do Partido Conservador e então ministro da Justiça, mas comprometido com a extinção do trabalho escravo. Republicanos abolicionistas entendiam ser seu dever apoiá-lo para fortalecer o movimento, então em fase ascendente. Quintino manteve a candidatura, mas Ferreira Viana venceu a eleição. José do Patrocínio, presidente da Confederação Abolicionista, transferiu-se para o campo

monarquista para apoiar a atuação da princesa Isabel, então regente, no sentido da abolição da escravatura, finalmente consumada em maio de 1888.

Em outubro de 1888, Quintino participou de outro Congresso Republicano, ao qual enviaram delegados apenas as províncias da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, além da Corte. Em fins desse ano, *O País* inseriu entre suas colunas uma seção oficial do Partido Republicano, assinada por Antônio da Silva Jardim, o principal líder da corrente defensora de caminhos revolucionários para a implantação da República. Em 5 de março de 1889, Quintino recebeu uma carta de Francisco Glicério, um dos mais importantes dirigentes do PRP, instando-o a aproveitar qualquer movimento militar que surgisse para desfechar um golpe decisivo no regime, e respondeu que ainda não era o momento oportuno. No mesmo mês, os republicanos gaúchos se declararam preparados para a revolução. Começava-se a admitir, no interior do Partido Republicano, a hipótese de apoiar um movimento militar para depor a monarquia.

Em maio de 1889, o Congresso Republicano, reunido em São Paulo, consagrou a tese, da qual Quintino era o mais expressivo defensor, de que se deveria privilegiar uma campanha doutrinária pela imprensa como caminho para o advento gradual da República. Entretanto, ele mesmo advertiu seus correligionários para a eventualidade de terem de recorrer à ação armada para atingir os objetivos do partido. De comum acordo, os membros do conselho federal pediram demissão de seus cargos e Quintino foi eleito chefe nacional. Essa decisão implicou a derrota da corrente liderada por Silva Jardim e integrada, principalmente, pelos dirigentes republicanos de Pernambuco e Rio Grande do Norte. Ainda em maio, Silva Jardim declarou que não reconhecia a chefia de Quintino, rompendo com o partido. Em fins de julho, novo congresso foi realizado, desta feita em Juiz de Fora (MG), comparecendo representantes apenas de Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. O evento não deixou registros.

Em outubro de 1889, Quintino procurou Benjamin Constant, agora tenente-coronel, para conversar sobre o momento político. No encontro, realizado no dia 26, foi acertado um plano de contatos com outros elementos republicanos, que aconteceriam nos dias seguintes. Convieram, ainda, que seria importante publicar artigos que acirrassem o ânimo do Exército contra o governo, atribuindo-lhe medidas contrárias ao moral e à economia pessoal dos militares, bem como a seus direitos à estabilidade e vitaliciedade no cargo. Nos

dias seguintes, *O País* publicou vários artigos na linha acertada, um dos quais acusava o governo de pretender reapresentar ao Parlamento a “lei do montepio obrigatório”, considerada pelos militares lesiva aos seus direitos e brios. Esse artigo, comentado e endossado em seguida por Rui Barbosa nas páginas do *Diário de Notícias*, teve forte repercussão sobre a oficialidade do Exército.

Quintino participou, na noite do dia 11 de novembro, de uma reunião com militares e civis envolvidos na conspiração republicana na residência do marechal Deodoro da Fonseca, que anunciou sua adesão à ideia de derrubar a monarquia. Na ocasião, Quintino foi incumbido de organizar o futuro ministério republicano. Em novo encontro, fixou-se o dia 20 de novembro para a deflagração do levante. Entretanto, instigados por boatos de que o governo prenderia alguns dos líderes da conspiração, os corpos militares aquartelados no bairro de São Cristóvão decidiram entrar em ação. Na madrugada de 15 de novembro, cercaram o Quartel-General do Exército, onde se encontravam reunidos os ministros. Em poucos minutos a força que guarnecia o prédio foi dominada, sem reação, e logo confraternizou com os rebeldes.

Deposto o governo, Quintino Bocaiúva, Benjamin Constant, Deodoro, Rui Barbosa e outros líderes do movimento reuniram-se para discutir as bases do governo provisório republicano, enquanto, na Câmara Municipal, José do Patrocínio, na condição de vereador mais moço, dava por oficialmente proclamada a República no Brasil. No dia seguinte, o primeiro número do *Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil* informava a composição do governo inaugural do novo regime: Deodoro da Fonseca (presidente), Benjamin Constant (Guerra), Aristides Lobo (Interior), Rui Barbosa (Fazenda), Eduardo Wandenkolk (Marinha), Quintino Bocaiúva (Relações Exteriores, cumulativamente com a Agricultura, Comércio e Obras Públicas, enquanto o futuro titular, Demétrio Ribeiro, não chegava do Rio Grande do Sul, o que aconteceria no dia 6 de dezembro). Também ainda não se encontrava no Rio de Janeiro o futuro ministro da Justiça, Campos Sales. À tarde, o governo provisório prestou juramento na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

#### NO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Quintino substituiu José Francisco Viana no Ministério das Relações Exteriores e teve como primeira tarefa a negociação do reconhecimento diplomático do novo regime.

Em dois meses, praticamente todos os países da América e da Europa já haviam normalizado as relações oficiais com o Brasil.

Simultaneamente, reabriu as negociações em torno da região de Palmas, a oeste dos atuais estados do Paraná e de Santa Catarina, cuja posse vinha sendo objeto de disputa com a Argentina desde 1857. Imbuído do espírito de solidariedade americana que caracterizava grande parte dos líderes republicanos desde o manifesto de 1870, tratou com a Argentina de maneira que se afastava do tradicional clima de rivalidade presente nas relações entre os dois países durante o Império. As tratativas resultaram no Tratado das Missões, ou Tratado de Montevideú, assinado na capital uruguaia em 25 de janeiro de 1890. Visto como uma vitória pelos argentinos, o acordo despertou amplas e intensas reações desfavoráveis no Brasil. Quintino foi alvo de várias acusações, entre as quais a de ter entregado ao país vizinho territórios sobre os quais o Brasil teria legítimo direito de propriedade. De quebra, explicava-se essa suposta benevolência pela origem argentina de sua mãe. Para defendê-lo, seus colegas ministros decidiram, em março, que eram responsáveis coletivamente por todas as decisões políticas do governo provisório. O tratado seria, contudo, recusado pela comissão especial da Câmara dos Deputados em 6 de agosto de 1891. Considerando que, pelos seus termos, o Brasil abria mão de territórios legitimamente seus, a comissão recomendou que os deputados não lhe dessem sanção. Quintino iria à Câmara em duas ocasiões explicar as negociações, acabando por concordar com o parecer da comissão, que, contra apenas cinco votos, seria aprovado na Câmara em 10 de agosto. Em 1895, o litígio seria resolvido definitivamente, em favor do Brasil, por arbitragem do presidente estadunidense Grover Cleveland.

Quintino coordenou, também, a participação brasileira na Conferência dos Estados Independentes da América, convocada pelos Estados Unidos e em andamento na cidade de Washington desde outubro de 1889. Estavam presentes 17 países do continente, registrando-se apenas a ausência da República Dominicana, que já havia feito um acordo em separado com o país anfitrião. A mudança de regime político implicou a substituição do representante brasileiro, Lafayette Rodrigues Pereira, nomeado ainda pelo imperador, por Salvador de Mendonça, então cônsul geral em Nova Iorque. As instruções recebidas pela delegação brasileira, no sentido de entender-se com a norte-americana em todos os pontos possíveis, eram coerentes com a perspectiva dos republicanos históricos, que pretendiam

reorientar a atuação do país no cenário internacional reduzindo o peso das conexões europeias e colaborando na formação de um eixo americano.

A conferência discutiu, entre outros pontos, a criação de uma moeda comum para as transações comerciais entre os países do continente; a formação de uma união aduaneira; a definição de regras comuns para o direito de porto; a adoção do sistema métrico decimal nas alfândegas pelas nações americanas que ainda não o houvessem feito; a instituição de práticas bancárias interamericanas e a criação do Banco Internacional Americano. Recomendou-se, também, a adoção dos tratados sobre propriedade literária e artística, patentes e marcas, celebrados pelos juristas reunidos no Congresso Sul-Americano de Montevideu entre 1888 e 1889. Apesar do empenho dos Estados Unidos em estabelecer normas que consagrariam a sua hegemonia econômica no continente, a conferência, encerrada em 19 de abril de 1891, resultaria apenas na criação de um escritório de distribuição de informações comerciais sobre os países, subordinado ao governo norte-americano.

Em 25 de maio de 1890, Quintino foi beneficiado por uma premiação coletiva decidida pelo chefe do governo provisório, que, por decreto, tornou gerais de brigada todos os ministros civis, como reconhecimento de “serviços prestados à pátria”. No início do segundo semestre do ano, candidatou-se a senador pelo estado do Rio de Janeiro na Assembleia Nacional Constituinte. Com a exceção de Benjamin Constant, todos os ministros do governo provisório disputaram as eleições. Realizado o pleito em 15 de setembro, foi eleito, sendo empossado em 15 de novembro. Os registros dos trabalhos na fase em que se discutiu o projeto constitucional preparado pelo governo provisório apontam sua presença na maioria das sessões, mas sem discursar ou intervir em debates. Teve, porém, como membro da Comissão de Constituição, Poderes e Diplomacia, intensa participação nas discussões sobre o regimento da Assembleia.

Em janeiro de 1891, abriu-se uma crise no governo provisório, decorrente da insistência do marechal Deodoro da Fonseca em deferir o pleito que vinha fazendo um amigo seu para que lhe fosse concedida garantia de juros para a construção e exploração de um porto em Torres, no Rio Grande do Sul. O pedido encontrou resistência generalizada entre os ministros. Quintino, embora considerando a obra importante, acompanhou os colegas na posição contra a concessão de juros. Irredutíveis o chefe do governo e seus

ministros, o impasse se resolveu com a renúncia coletiva do ministério em 20 de janeiro de 1891. Ao deixar a pasta, em que seria substituído por Justo Leite Chermont, faltava à República ser reconhecida por apenas quatro países. Dez dias depois, foi firmado o Acordo Aduaneiro com os Estados Unidos da América, que também vinha sendo negociado desde o Império e assinalou a transição da política externa brasileira no sentido pan-americano e da subordinação à preponderância estadunidense.

Quando, ainda durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, se iniciaram as negociações para a eleição dos futuros presidente e vice-presidente da República, a serem escolhidos pelo voto dos deputados e senadores constituintes, o nome do marechal Deodoro da Fonseca despontou como a alternativa situacionista, tendo como companheiro de chapa o vice-almirante Eduardo Wandenkolk. Floriano Peixoto candidatou-se a vice-presidente na chapa oposicionista, encabeçada por Prudente de Moraes, presidente da Constituinte. Promulgada, em 24 de fevereiro de 1891, a primeira Constituição republicana, no dia seguinte se realizaram as eleições, em ambiente de grande tensão, provocada por boatos segundo os quais a guarnição militar fecharia o Congresso se Deodoro perdesse. Deodoro saiu vitorioso e Floriano Peixoto foi o mais votado para vice-presidente. Como a legislação permitia a eleição de candidatos de chapas diferentes, Deodoro e Floriano foram consagrados, respectivamente, os primeiros presidente e vice-presidente constitucionais do Brasil republicano, e foram empossados no dia 26. Em seguida, a Assembleia Nacional Constituinte se transformou em Congresso ordinário, iniciando-se a primeira legislatura em 15 de junho.

## NO SENADO

Tratado pelos seus pares como “Patriarca da República”, Quintino foi um dos republicanos históricos que, no Senado, se preocuparam, em agosto de 1891, com a situação que poderia se configurar no caso de morte do presidente e do vice-presidente, ambos em delicado estado de saúde. Desconfiavam do seu principal assessor político, o barão de Lucena, de recente conversão ao campo republicano. Chegou-se a discutir a hipótese de, no caso de impedimento dos dois, Quintino ficar encarregado de organizar um novo governo. Abertas as negociações com Lucena em torno de uma reestruturação

ministerial, sua disposição de reservar apenas duas pastas para os republicanos históricos não alcançou apoio consensual entre eles, e Quintino, que reassumiu o posto no jornal *O País* em setembro, foi o autor da proposta final, de rejeição do acordo com o líder deodorista.

Sofrendo contestações no Parlamento e na caserna e com problemas de sustentação em estados importantes, como Minas Gerais e São Paulo, Deodoro dissolveu o Congresso no dia 3 de novembro de 1891, esperando reverter a situação. A medida, inconstitucional, foi logo apelidada de “Golpe Lucena”. No dia seguinte, Deodoro decretou o estado de sítio para o Distrito Federal e Niterói. Em manifesto aos brasileiros, explicou sua atitude argumentando com a necessidade de retificar a Constituição, principalmente para fortalecer os poderes do Executivo da União. Para isso, convocou eleições para novo Congresso constituinte. Em resposta, o Congresso Nacional lançou, no mesmo dia e assinado por 114 parlamentares, um manifesto à nação brasileira, denunciando a violência do governo. Pouco tempo depois, estava estruturada a resistência em vários estados, entre setores militares e no meio sindical de Santos (SP) e da capital federal. No dia 21 de novembro, os ferroviários deflagraram uma greve no Rio de Janeiro. Quintino, embora, como declararia publicamente anos depois, se mantivesse à margem das articulações que se desenvolviam para reverter o golpe, foi preso no dia 22, juntamente com outros parlamentares considerados de oposição. A reação militar iniciou-se na madrugada seguinte, com a revolta de unidades da Marinha fundeadas na baía da Guanabara, apoiadas por contingentes do Exército em terra. Doente, Deodoro ainda esboçou uma reação, mas acabou renunciando nessa mesma manhã, transferindo o cargo para o vice-presidente Floriano Peixoto.

Quintino, alegando não querer dar margem à acusação de que devia seu mandato de senador à influência de Deodoro, renunciou em 17 de dezembro. Retornando oficialmente à direção editorial de *O País*, apoiou o governo de Floriano, cuja legalidade era questionada pela oposição, que sustentava a necessidade de nova eleição para presidente.

Em agosto de 1892, ano em que desposou Ana Bianca Rossi, italiana com quem teria oito filhos, reelegeu-se para o Senado na vaga aberta pela sua própria renúncia. Integrou, em 1893, a Comissão de Finanças da casa, e em 8 de julho liderou, com Francisco Glicério e Aristides Lobo, a reunião de fundação do Partido Republicano Federal. Realizada a convenção partidária, seu nome foi o mais votado para compor a comissão executiva

provisória, seguindo-se os de Glicério, Aristides Lobo, Raimundo Nina Ribeiro, Artur Rios, Joaquim José de Almeida Pernambuco e João Cordeiro. Primeira tentativa de criação de um partido de âmbito nacional na república, o PRF se organizou em torno de um programa de cinco pontos: defesa da Constituição de 1891; luta pela liberdade eleitoral e pela difusão do ensino popular; afirmação da autonomia dos estados; reerguimento do crédito público e colaboração irrestrita na prática das liberdades constitucionais. Em 30 de agosto, foi eleito também para a comissão executiva do Partido Republicano Fluminense (PRF), juntamente com Bento Carneiro de Almeida Pereira, Alberto Torres, Paulino José de Sousa Júnior, Adolfo Pereira de Burgos Ponce de Leon, Francisco Santiago e Ernesto Brasília.

Diante da rebelião contra o governo federal deflagrada em 6 de setembro de 1893, sob a liderança do contra-almirante Custódio José de Melo – ex-ministro da Marinha, da Guerra e das Relações Exteriores –, e que ficaria conhecida como Revolta da Armada, encabeçou, uma semana depois, a lista de signatários do manifesto de senadores em defesa de Floriano Peixoto, acusado de ditador e de fomentador da Revolução Federalista, guerra civil que estourara no ano anterior no Rio Grande do Sul. Durante três meses, ocorreram combates na baía da Guanabara e no litoral fluminense. O bombardeio da capital federal e a intervenção de nações estrangeiras que tinham navios fundeados na baía criaram condições para um acordo em 5 de outubro de 1893, pelo qual os revoltosos cessariam o ataque à cidade e Floriano não tomaria iniciativas contra eles, parando de armar-se. Embora permanecesse o estado belicoso, a revolta estagnou, restringindo-se a embates nas águas da baía sob supervisão de testemunhas situadas em um navio de guerra estrangeiro. Com a adesão do almirante Luís Filipe Saldanha da Gama à revolta, o comando no Rio de Janeiro passou às suas mãos, e Custódio de Melo dirigiu-se para o Sul, com o objetivo de unir-se aos federalistas gaúchos. Reorganizada a esquadra revoltosa e tomando o governo a ofensiva, o conflito entrou em fase ainda mais violenta. Finalmente, dada a precariedade do material bélico de que dispunham e a impossibilidade de sair pela barra rumo ao alto-mar, em 13 de março de 1894 os revoltosos buscariam asilo em navios portugueses, depois que o governo sequer aceitou discutir suas condições de paz.

O Partido Republicano Federal defendeu a candidatura de Prudente de Moraes à presidência da República, vitoriosa no pleito realizado em 1º de março de 1894. Nas eleições legislativas realizadas na mesma data, Quintino foi reeleito para o Senado. Durante



esse mandato, presidiu a Comissão de Constituição, Poderes e Diplomacia. Quando, no ano seguinte, o presidente empreendeu os esforços finais para terminar a guerra civil no Rio Grande do Sul, Quintino se opôs à sua política em relação aos federalistas. Alinhando-se com aqueles que, como Francisco Glicério e o líder republicano gaúcho José Gomes Pinheiro Machado, em nome do respeito ao rigor com que Floriano Peixoto enfrentara o conflito, defendiam a rendição incondicional dos rebeldes, emitiu, em junho, parecer contrário ao projeto que lhes concedeu anistia, afinal tornado lei em outubro. Foi contrário, também, ao Protocolo de Pacificação firmado entre o governo e os federalistas em 10 de julho, que preparou a paz definitiva, alcançada no mês seguinte.

À frente de *O País*, passou a fazer oposição aberta ao governo federal, mas, dizendo-se desiludido com a política, recolheu-se em 1896 à sua fazenda em Pindamonhangaba (SP), embora sem renunciar ao mandato ou licenciar-se no Senado. Diante da cisão do Partido Republicano Federal, ocorrida em maio de 1897, permaneceu na agremiação, integrando, com Pinheiro Machado e Francisco Glicério, a corrente que manteve a direção do partido por meio da comissão renovada em 23 de junho, para a qual os três foram eleitos, com Tomás Delfino, Joaquim Pernambuco, Joaquim Gonçalves Ramos, Pedro Velho e Lauro Müller. Combatendo Prudente de Moraes no Senado e nas páginas de *O País*, articulou-se com civis e militares que acabaram por tentar assassiná-lo em 5 de novembro de 1897, episódio em que morreu o ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt. Por motivos de saúde, Quintino obteve, nesse mesmo mês, dispensa da Comissão de Constituição, Poderes e Diplomacia. Permaneceu, porém, na oposição, recusando o candidato do presidente à sua sucessão, Campos Sales, então à frente do governo de São Paulo. Seu nome, juntamente com o de Júlio de Castilhos, esteve entre os opositoristas indicados para disputar a eleição, mas a maioria optou pelo de Lauro Sodré, ex-governador do Pará. Realizado em 1º de março de 1898, o pleito foi vencido por Campos Sales.

De volta ao Senado, foi eleito membro da Comissão de Finanças em maio de 1898. Durante o governo de Campos Sales (1898-1902), que, antes mesmo de empossado, declarara desejar vê-lo como seu sucessor, Quintino, alegando divergências de interpretação quanto à doutrina republicana, se oporia à “política dos governadores”, concebida pelo presidente para, apoiando-se nas correntes dominantes nos estados, garantir

alguma estabilidade ao sistema político nacional, abalado por violentas disputas, em todos os níveis, entre facções adversárias. Embora tivesse divulgado um manifesto em que afirmava não desejar novo mandato, foi reeleito senador em 30 de dezembro de 1899.

## PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ainda em fins de 1899, Quintino Bocaiúva teve seu nome apresentado por Campos Sales e Nilo Peçanha como alternativa de conciliação entre as correntes políticas fluminenses que disputavam acirradamente a sucessão de Alberto Torres (1897-1900) na presidência do estado do Rio de Janeiro. Anunciada em 22 de junho de 1900 pelo PRF, sua candidatura recebeu o apoio do Partido Autonomista e do Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ), que já havia lançado o nome de Hermogêneo Silva, mas o retirou da disputa. Candidato único, foi eleito em 8 de julho, tendo Francisco Rangel Pestana, Antônio Augusto Pereira Lima e Antonino Fialho como vice-presidentes. Em seguida, integrou, em outubro, a comitiva que acompanhou Campos Sales a Buenos Aires, em viagem de retribuição à visita do presidente Júlio Roca fizera ao Brasil. Foi o encarregado de responder à saudação com que o presidente do Senado argentino recebeu os congressistas brasileiros. Após renunciar ao Senado mais uma vez, foi empossado no Executivo fluminense em 31 de dezembro de 1900. No ano seguinte tornou grão-mestre do Grande Oriente do Brasil, posto mais elevado da hierarquia da ordem maçônica, que ocuparia até 1904.

Mal iniciara o governo no estado do Rio de Janeiro, em março de 1901 Quintino teve seu nome indicado pelo PRF para a sucessão de Campos Sales. Recebeu o apoio do PRRJ, do Clube Republicano Quintino Bocaiúva, fundado em setembro na sede da Sociedade Aliança Operária, em Niterói, da União Operária, da União Cívica Quintino Bocaiúva, do Clube Popular de São Cristóvão e da Loja Maçônica de Batatais (SP), mas não das correntes políticas dos outros estados. A convenção nacional realizada no Rio de Janeiro em 20 de setembro consagrou a candidatura de Francisco de Paula Rodrigues Alves, de São Paulo. Apenas a representação fluminense, com Nilo Peçanha à frente, sustentou seu nome. Dias depois, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou uma moção de apoio à sua candidatura, seguindo-se, em 1902, novas

manifestações no mesmo sentido por parte da comissão executiva do PRF e do diretório do PRRJ. Realizado em março, o pleito foi vencido por Rodrigues Alves, com cerca de 316 mil votos, contra aproximadamente 23 mil concedidos a Quintino.

Serriamente constrangido pela grave situação econômica que o estado do Rio vinha enfrentando desde meados da década anterior, que combinava reflexos da abolição da escravidão, da primeira crise de superprodução de café e da progressiva decadência das atividades ligadas ao açúcar, Quintino assumiu o governo, segundo suas próprias palavras, como o “síndico de uma massa falida”. Para enfrentar a carência de trabalhadores, procurou estimular a imigração estrangeira e, para diminuir a dependência do café, a diversificação agrícola.

Do ponto de vista político, sua administração foi marcada por disputas entre facções estaduais em torno da localização da capital, que em 1894 fora transferida de Niterói para Petrópolis por força das batalhas travadas na baía da Guanabara durante a Revolta da Armada. Atuou em favor do retorno à antiga localização, o que foi feito pela Lei nº 542, de 4 de agosto de 1902. Apoiou, ainda, a reforma da Constituição estadual de 1892, proposta por várias câmaras municipais fluminenses, que se consumaria no governo seguinte.

Ao final de seu mandato, fez um balanço totalmente negativo, dizendo-se o primeiro a reconhecer que havia sido estéril a sua passagem pelo governo, o que teria acontecido porque todos os “elementos naturais” lhe haviam sido adversos. Como indicador dos problemas não resolvidos, mencionou o quadro de desorganização da instrução pública, lamentando nada ter podido fazer diante da recusa de professores e funcionários a trabalhar: “Nada se pode exigir daqueles a quem se não paga”.

Após transmitir o governo a Nilo Peçanha em 31 de dezembro de 1903, afastou-se dos cargos públicos. Reeleito em abril de 1904 para o Senado, preferiu não tomar posse e voltou a se recolher à fazenda de Pindamonhangaba. Para sustentar-se, e à sua numerosa família, contou com o auxílio financeiro de Bernardo Caymari até sua morte, em 1907. De volta ao Senado por eleição realizada em janeiro de 1909, foi escolhido, em junho, vice-presidente da casa, cargo que exerceria até 1912.

Durante a campanha presidencial de 1910, apoiou a candidatura do marechal Hermes da Fonseca, ex-ministro da Guerra, contra Rui Barbosa, lançado pela Campanha Civilista. A competição eleitoral que se travou entre os dois candidatos marcou um ponto de inflexão

na história política brasileira, graças, em particular, aos métodos usados por Rui Barbosa, que tinha Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, então presidente do estado de São Paulo, como candidato a vice-presidente. Enquanto Hermes se sustentava no prestígio militar e nos dispositivos eleitorais de muitos estados, em especial de Minas Gerais, que lhe dera o candidato a vice-presidente, Venceslau Brás, a campanha de Rui exibiu perfil diverso, refletindo alterações na composição do eleitorado, cuja parcela urbana crescia. Os civilistas organizaram caravanas que percorreram o país realizando comícios e mobilizações em ruas e praças públicas. Inaugurava-se no Brasil um estilo de campanha então conhecido como “americano”, distinto daquele até então predominante, restrito a acordos fechados entre chefes de máquinas políticas. Realizado em 1º de março de 1910, o pleito, de resto marcado por denúncias recíprocas de fraude, foi vencido por Hermes da Fonseca, empossado em 15 de novembro.

Pouco tempo depois da posse presidencial, Quintino liderou, com Pinheiro Machado, a fundação do Partido Republicano Conservador (PRC), agremiação política de âmbito nacional destinada a organizar o campo político que apoiara Hermes da Fonseca. Em reunião realizada em 29 de novembro de 1910, foi eleito presidente da comissão executiva, integrada também por Crispim Jaques Bias Fortes (MG), Urbano dos Santos (MA), Augusto Tavares de Lira (RN), Leopoldo Bulhões (GO), José Siqueira Meneses (SE) e Antônio Francisco Azeredo (MT). Os nove pontos programáticos fundamentais do PRC foram a defesa da Constituição contra projetos revisionistas; da autonomia dos estados; da liberdade eleitoral; da estabilidade cambial e monetária, do equilíbrio orçamentário e da revisão do sistema tributário; das atividades econômicas nacionais, por meio da proteção aduaneira; do comércio nacional; dos programas de modernização militar em execução; da liberdade de ensino superior; e de uma mais perfeita organização civil da sociedade, por meio da decretação de códigos e leis necessários.

Ainda em 1910, amigos e correligionários seus, considerando precários os meios materiais de que dispunha para viver, organizaram uma subscrição para a compra de um imóvel que lhe servisse de residência e constituísse uma garantia futura para sua família. Coordenada por uma comissão formada pelos senadores Pinheiro Machado, Lauro Müller e Vitorino Monteiro, no ano seguinte a campanha já arrecadara a quantia considerada necessária para a concretização dos seus objetivos.

Quintino Bocaiúva faleceu em 11 de julho de 1912.

O bairro do Rio de Janeiro onde morava, na freguesia de Inhaúma, foi batizado com seu nome.

Publicou várias traduções de peças teatrais e, além dos trabalhos de sua autoria já mencionados, escreveu *Estudos críticos e literários* (1858), *Sofismas constitucionais ou O sistema representativo entre nós* (1860), *A opinião e a Coroa* (1861), *A comédia constitucional* (1861), *Os nossos homens* (1864) e *A família* (drama, 1868). Sobre sua vida foram escritos vários trabalhos, entre os quais os de Ferreira Viana Filho, *Biografia do senador general Quintino Bocaiúva, chefe da propaganda republicana brasileira* (1900); de Afonso Costa, *Quintino Bocaiúva* (1943); de Hélio Sodré, *Quintino Bocaiúva* (1944); e de Ciro Silva, *Quintino Bocaiúva, o Patriarca da República* (1962).

Renato Lemos

FONTES: ABRANCHES, J. *Como*; ASSEMB. NAC. CONST. *Anais* (1890-1891); BLAKE, A. *Diccion rio*; BOHERER, G. *Da monarquia*; BUENO, C. *República*; CARONE, E. *República*; COL. BRAS. GENEALOGIA. Disponível em: <[http://www.cbg.org.br/arquivos\\_genealogicos\\_m\\_06.html](http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_m_06.html)>. Acesso em: 19/1/2011; época. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/edic/541/Carta-0056.pdf>>. Acesso em: 23/1/2011; LAMARÃO, S. *Crise* (p. 97-131); LEMOS, R. *Alternativa* (v. 3, p. 401-444); LEMOS, R. *Implanta o* (p. 25-94); MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Deodoro* (v.2); *Mensagens do presidente do estado do Rio de Janeiro, 1901-1903*; MIN. REL. EXT. *Relatório* (1891); NASCIMENTO, C. *Questão*; SANTOS, L. *Vov *; SENADO. *Anais* (1890-1891, 1892 - 1899; 1900, 1909-1912); SILVA, C. *Quintino* (v.1, p. 47-102); SILVA, E. *Quintino*; SODRÉ, N. *História da imprensa*; TOIGO, D. *Princípios*; WITTER, J. *Partido*.